



UM ANO DE RESISTÊNCIA



Criminalização dos movimentos sociais destrói a democracia
Pág. 6 e 7

2019: Reforma da Previdência é aprovada e impacta a carreira docente
Pág. 8 e 9

América Latina resiste
Pág. 14 e 15

Em um ano de governo de extrema direita, a classe trabalhadora acumula retrocessos, **mas RESISTE!**

As vésperas de completar um ano do governo de extrema direita no poder central do país, e de seus congêneres em governos estaduais e municipais, a classe trabalhadora acumula retrocessos e perdas de direitos. Findamos um ano com perdas de direitos que marcaram as lutas e as reivindicações dos últimos 40 anos no Brasil. Ao mesmo tempo, demonstramos, mesmo que de forma ainda dispersa, a capacidade de resistência, com destaque para o protagonismo do setor da educação.

Passada a anestesia geral que se abateu sobre parte da classe trabalhadora e de suas entidades representativas, é necessário darmos um salto qualitativo no grau de mobilização do conjunto da classe. As perspectivas são de novas tentativas de retrocessos no campo dos direitos, mais perseguições e busca de hegemonização ideológica a partir de um projeto de sociedade absolutamente obscurantista, alicerçado na invisibilidade de importantes segmentos da população, como indígenas, negros e negras, quilombolas, pessoas com deficiência, LGBTT, mulheres e moradores de periferias. Tudo para responder ao anseio desenfreado do capital de recuperar suas taxas de lucro e ampliar a concentração de renda a partir da superexploração da classe trabalhadora e da padronização cultural.

Nesse processo, a educação se torna elemento fundamental de domínio, daí a proliferação das perspectivas conservadoras advindas com os projetos *Escola sem Partido*, a proposta de educação domiciliar, a disseminação de Escolas Cívico-Militares, a perseguição contra docentes,

a busca de padronização reacionária de conteúdos e a destituição do caráter educativo e crítico que deve fundamentar a educação. A educação, como alvo de ataques do governo, se junta com outro setor, também atacado pelo projeto da extrema direita, o funcionalismo público. Assim, nossas instituições de ensino e o(a)s docentes são duplamente atacados, tanto na perspectiva de dominação ideológica como economicamente, a partir da premissa, defendida pelo governo, de que somos “privilegiados”. Os ataques se baseiam em um conjunto de mentiras, que buscam desqualificar a educação e seus profissionais diante da opinião pública.

Nossa tarefa, ao findar o ano de 2019, é nos preparar para um bom ano de muitas lutas, resistências e avanços. Para isso, é necessário analisar atentamente a retrospectiva deste ano, reconhecer e valorizar as importantes lutas que protagonizamos e fazer do 39º Congresso Nacional do ANDES-SN um momento de planejar as ações e os enfrentamentos necessários na defesa da educação pública, gratuita, de qualidade, laica e socialmente referenciada que defendemos há quase 40 anos.

Também é momento de analisar as lutas nos estados e os desafios que temos de ampliar a articulação do funcionalismo público e na organização das bases, não apenas em nossas instituições de ensino, via seções sindicais, mas, essencialmente, no conjunto do(a)s servidore(a)s público(a)s dos estados e municípios.

Devemos começar 2020 inspirado(a)s pelas lutas da América Latina, pelas rebeliões dos povos indígenas, pelas resistências em parte da Europa e Ásia. Nos inspirar com os ares das lutas das mulheres e trabalhadore(a)s de diferentes setores, que ocupam as ruas para dizer não ao projeto neoliberal que tem levado a América Latina a uma situação de insustentabilidade política, econômica, social e cultural.

Que 2020 seja um ano de boas lutas, resistência e conquistas! Que sejamos capazes de reverberar a todos os cantos do país que é chegado o momento de construir um projeto de sociedade que de fato interesse a classe trabalhadora brasileira e latino-americana e que disso depende o projeto de educação que defendemos e construímos ao longo dos últimos anos.

Que as comemorações dos 40 anos do ANDES-SN, que acontecerá em 2021, tenham início já em 2020, com a memória de nossas lutas, resistências e conquistas, e que nos inspire a mais lutas. Na certeza que a conquista da educação que defendemos só será possível com a profunda articulação entre as demandas de classe, raça e gênero, sem hierarquias, sem capacitismo, lgbtfofia, machismo, racismo e todas as outras discriminações que estruturam a sociedade capitalista, referências da extrema direita.

Ousemos sonhar! Ousemos Lutar!
Ousemos Vencer!



EXPEDIENTE

O InformANDES é uma publicação do ANDES-SN // site: www.andes.org.br // e-mail: imprensa@andes.org.br

Diretor Responsável: Cláudio Mendonça

Edição: Renata Maffezoli MTb 37322/SP

Coordenação Editorial: Jamile Rodrigues MTb 0010916/DF

Jornalistas: Andressa Oliveira, Bruna Yunes DrT 9045/DF, Jonathan Oliveira, José Maciel, Luciana Sendyk, Renata Maffezoli MTb 37322/SP

Diagramação, revisão e arte final: Angel Holanda // Fotos: Imprensa ANDES-SN, Divulgação, Banco de Imagens

Apoio técnico: Beatriz Artigas

Retrospectiva de 2019 é repleta de ataques e de atos de resistência



Foto: MAURÍCIO PISANI

O ano que se encerra foi marcado por retrocessos, ataques e arbitrariedades em todas as dimensões da vida da classe trabalhadora. As ofensivas contra as liberdades democráticas e de cátedra, a destruição dos recursos naturais, a retirada de direitos previdenciários e trabalhistas, os cortes orçamentários na Educação e demais ataques da agenda neoliberal nos estados, foram respondidos com resistência e mobilização dos movimentos sociais, sindicais, populares e da juventude.

Já em janeiro, o presidente Jair Bolsonaro editou uma série de medidas contra a classe trabalhadora, povos originários e juventude. Também no início do ano, em 19 de fevereiro, o ANDES-SN, em conjunto com diversas entidades dos movimentos sociais, sindicais, estudantis, do campo e da cidade, além de organizações políticas, participou do lançamento do Fórum Sindical, Popular e de Juventudes por Direitos e Liberdades Democráticas. No dia seguinte, também foi realizada uma grande Assembleia Nacional da Classe Trabalhadora contra a reforma da Previdência, organizada pelas Centrais Sindicais, na praça da Sé, em São Paulo.

Qelli Rocha, 1ª vice-presidente do ANDES-SN, acredita que este foi um ano bastante conturbado por conta do recrudescimento da luta de classes no Brasil e na América Latina.

“O enfraquecimento dos partidos democráticos populares e das centrais que representam esse projeto, inviabilizaram as pautas colocadas pelos movimentos estudantis, docentes, movimento de

mulheres, LGBT entre outros. Mas, isso não significou que os movimentos sociais populares abandonaram as ruas, pelo contrário. A primeira resposta, nas ruas, ao governo de presidente Bolsonaro foi o 8 de março com uma grande manifestação das mulheres construindo a greve nacional, ratificando a nossa posição de #EleNão e #EleNunca. Depois, o 15 e o 30 de maio foran significativos no sentido de expressar a posição da Educação frente aos ataques do Ministério da Educação, na época o ex-ministro Vélez, depois o Weintraub. No movimento de refluxo que a sociedade tem passado, graças aos movimentos temos conseguido ao menos resistir”, avalia a diretora.

A diretora do Sindicato Nacional destaca a força dos movimentos sociais e sindicais e de outros atores da sociedade civil organizada para barrar também a ofensiva contra a ciência e a tecnologia públicas, a tentativa de fechamento do CNPQ, o veto à presença de assistentes sociais e psicólogos nas escolas -, que foi derrubado-, e a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 29 – que criminaliza qualquer tipo de aborto no país. “Todas estas foram conquistas muito importantes para os movimentos sociais”, afirma.

Caroline Lima, 1ª secretária do ANDES-SN, destaca que outro grande ataque aos movimentos sociais e, principalmente, ao movimento sindical foi a MP 873, editada na sexta-feira antes do carnaval. “A medida inviabilizou o repasse da contribuição sindical e foi uma tentativa de imobilizar os atos e movimentos contra as reformas do governo Bolsonaro. Felizmente, de forma muito rápida, nós conseguimos reverter. Foi uma vitória importante, mas isso não significa

dizer que a luta acabou, pois o governo tenta emplacar um PL que inviabiliza os descontos em folha do repasse sindical. Mas, continuamos resistindo e o fato de terminar o ano sem esse PL e sem a MP, são vitórias importantes”, avalia.

Já na visão de Mauro Iasi, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), esse ano foi marcado por uma série de ataques à Educação e aos trabalhadores em geral, tendo como um dos piores reflexos a aprovação da reforma da Previdência. “Os ataques dirigidos às universidades públicas começaram com a proposta do governo de contingenciamento de verbas, que depois se materializou no projeto Future-se. Nós tivemos uma reação bastante contundente a começar do início do ano. Houve uma mobilização forte, na medida em que as universidades foram atingidas no seu funcionamento diário e isso produziu uma reação frente ao estrangulamento de verbas. As instituições já vinham de uma série de ataques há alguns anos”, aponta.

Fazendo um balanço de todos os ataques impostos à classe trabalhadora nesse ano, Virgínia Fontes, docente da Universidade Federal Fluminense (UFF), acredita que o primeiro ano do governo Bolsonaro trouxe apenas destruição e devastação. “A dureza e a urgência de enfrentar o protofascismo também nos educa. Sabemos que a luta é de todos os dias e exige longo fôlego. Temos de nos defrontar contra o Capital, que engendra esses e outros monstros, sermos intransigentes no enfrentamento, e acolhedores com nossas companheiras e nossos companheiros”, avalia.



Retrocessos que marcaram 2019



EDUCAÇÃO

- Cortes de R\$ 5,8 bilhões de reais, distribuídos entre políticas sociais de acesso à educação, pesquisa, programas de alfabetização, manutenção de prédios, laboratórios, bibliotecas;
- Intervenção na escolha de reitores, com a nomeação de interventores e ou dos menos votados nas consultas às comunidades acadêmicas;
- Plano de Militarização das escolas;
- Reajuste do piso salarial do Magistério menor do que o do salário mínimo;
- Lançamento do programa Future-se que pretende transferir para Organizações Sociais a gestão das IFE e prevê a contratação sem concurso público;
- Bloqueio de R\$ 348 milhões destinados à compra e distribuição de materiais didáticos e pedagógicos;
- Corte no orçamento da Capes, impactando nas bolsas de pós-graduação;
- Cortes no CNPq, que impediram o pagamento de bolsas;
- Desmonte no Programa Educação de Jovens e Adultos (EJA), com a extinção da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi) e da Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (CNAEJA);
- Suspensão dos investimentos para ampliação das escolas de tempo integral previstos para 2020;
- Várias declarações do ministro Abraham Weintraub com intuito de prejudicar a imagem das universidades federais e suas comunidades acadêmicas.
- Instalação de CPI para investigar suposto "aparelhamento da esquerda" em universidades do estado de São Paulo (USP, Unicamp e Unesp);
- Instalação de CPI, posteriormente revogada após ampla movimentação da comunidade acadêmica, para investigar "balbúrdia" e suposto tráfico de drogas no interior das universidades estaduais do Rio de Janeiro (Uerj, Uenf e Uezo).



DIREITOS SOCIAIS

- Cortes de verbas na previsão orçamentária para 2020 em programas sociais como Bolsa Família;
- Aumento do desemprego, que atualmente afeta cerca de 13 milhões de brasileiros (segundo o IBGE);
- Extinção das 36 Normas Reguladoras (NRs) de proteção no ambiente de trabalho;
- Extinção dos ministérios do Trabalho, Cultura, Cidades, Esportes e Integração Racial;
- Edição de diversas medidas provisórias com ataques aos direitos trabalhistas, entre elas a da Liberdade Econômica (MP 881), aprovada e sancionada em setembro, e a MP 905, ainda em tramitação, que promove nova reforma trabalhista e acaba com registro e regulamentação de diversas profissões.

- Fim do Fundo Amazônia;
- Demissão do diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), após esse divulgar informação de aumento de 88% no desmatamento da Amazônia no mês de junho, em relação ao mesmo mês de 2018;
- Acusação de que as queimadas na região amazônica seria responsabilidade de Organizações Não Governamentais, que atuam na proteção da floresta;
- Redução de 34% da verba para combater incêndios em 2020;
- Descaso ao não colocar em prática o Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional, que poderia controlar o vazamento de petróleo cru que atingiu todo o litoral nordestino.



LGBTs

Já em seu primeiro discurso como presidente, durante a sua posse, Bolsonaro deu declarações lgbtfóbicas, o que repetiu em diversas oportunidades. Gays, lésbicas, transexuais, bissexuais e travestis sofreram violentos ataques verbais que, previsivelmente, serviram de incentivo a violências físicas dirigidas a essa parcela da população. Além disso, uma série de medidas foram postas em curso para prejudicar ou excluir estes grupos como:

- Desmonte do Conselho Nacional LGBT;
- Exclusão da população LGBT da política de Direitos Humanos;
- Proibição de abordar temas como identidade de gênero e orientação sexual em salas de aula.



MEIO AMBIENTE

Desde a ameaça de extinguir o ministério do Meio Ambiente, logo no início do mandato, a atual gestão tem procurado acabar com todas as políticas de preservação dos recursos naturais brasileiros. Entre elas:

- Desmonte do Ibama, implicando na redução de multas por desmatamento e pesca ilegal;
- Corte de 95% da verba destinada à política climática;



POVOS INDÍGENAS

Ainda durante sua campanha eleitoral, Bolsonaro fez promessas a grileiros e garimpeiros e declarou textualmente que não iria demarcar “um centímetro quadrado a mais” de terras indígenas. No dia em que tomou posse, editou a MP 870/2019, transferindo a Fundação Nacional do Índio (Funai) do Ministério da Justiça para o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos. A sequência de ataques à população originária continuou ao longo do ano:

- Retirada da competência da Funai as funções de demarcar e fiscalizar as terras indígenas;
- Escolha de uma ministra da Agricultura historicamente identificada com a bancada ruralista, Tereza Cristina Corrêa da Costa Dias, e indicação de um funcionário que ligado à UDR, ativa na luta contra as demarcações de terras indígenas, para cuidar de questões fundiárias;

- Tolerância a invasões de terras indígenas, as quais cresceram 150%, em 2019 em relação ao ano anterior;
- Demissão do coordenador-geral de Índios Isolados e de Recente Contato da Diretoria de Proteção Territorial da Funai reconhecido pelos povos indígenas como um dos principais defensores dos povos isolados;
- Proposta de autorizar garimpo em terras indígenas, ameaçando 30% destes territórios e podendo atingir 160 etnias;
- Aumento flagrante de conflitos no campo e especialmente contra a população indígena; em 2019, ocorreram 27 assassinatos relacionados à posse de terra, sendo 7 destes, líderes indígenas, o maior número dos últimos 11 anos.



SAÚDE PÚBLICA

- Desmonte do Sistema Único de Saúde (SUS), com propostas de abertura ao

capital estrangeiro, desvinculação de receitas, modelo de gestão baseada em organizações sociais (OS) e ameaças de fim da universalização do atendimento;

- Fortes ataques às políticas nutricionais e de saúde mental;
- Abolição do termo “violência obstétrica”, o qual caracteriza realização de procedimentos não autorizados pela parturiente, tratamento humilhante, agressões verbais, recusa de atendimento, privação de acompanhante, realização de intervenções não necessárias;
- Supressão do termo “Aids” na nomenclatura do Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), do HIV/Aids, com a publicação do Decreto 9.795, que inclui o tratamento das doenças não transmissíveis sexualmente tuberculose e hanseníase, as quais merecem abordagem e enfrentamento diferentes.

RESISTÊNCIA

Diante de tantos ataques, o ano foi recheado de manifestações significativas, sendo que os grandes atos convocados pelo setor da Educação, e que contaram com ampla adesão social, ocuparam lugar protagonista nas lutas pela manutenção dos direitos da sociedade.

O primeiro aconteceu em 15 de maio e levou milhões de estudantes, professores, técnico-administrativos às ruas do país, junto com trabalhadores de outras categorias.

O 30M, Dia Nacional de Lutas pela Educação, foi marcado em mais de 200 cidades. Milhares de pessoas participaram da mobilização contra os cortes no orçamento na educação pública e contra a Reforma da Previdência.

Em 12 de julho, milhares de estudantes, trabalhadores e trabalhadoras de todo o país ocuparam a Esplanada dos Ministérios, em Brasília, para um grande ato nacional, reafirmando a luta contra a Reforma da Previdência e em Defesa da Educação. E, novamente, em 13 de agosto, realizaram mais uma Greve Nacional da Educação, que parou país em protesto aos reiterados ataques visando a destruição do ensino público.

Ameaças de criminalização dos movimentos sociais refletem intenção de destruir a já fragilizada democracia

Ao invés de escutar a voz que vem das ruas, o governo pretende calar os protestos e seguir com suas políticas nefastas



Desde que tomou posse, o atual presidente devota especial energia para criminalizar os movimentos sociais. O direito à livre manifestação, pilar da democracia, é sentido como perigo por aquele que pretende destruir conquistas sociais, trabalhistas e populares. Durante todo o primeiro ano de mandato, o presidente e seus apoiadores intensificaram as ameaças aos que consideram opositores, com promessas de banimento dos ‘marginais vermelhos’, cerceamento ao trabalho da imprensa, disseminação de notícias falsas e xingamentos e ameaças virtuais. No entanto, no final do ano o tom foi elevado.

Personagens mais próximos de Jair Bolsonaro, como o senador Eduardo Bolsonaro e o Ministro da Economia, Paulo Guedes, foram vetores de falas mais contundentes no sentido de coibir os movimentos sociais e o direito à livre manifestação. Trazendo à baila o Ato Institucional 5, que promoveu o fechamento do Congresso e instaurou o período mais violento da ditadura civil-militar no Brasil. O Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio

Moro, minimizou as falas absurdas dos membros do governo.

A alusão não foi nada sutil, ligando diretamente a realização de manifestações à supressão de direitos constitucionais. Ao ser questionado sobre os protestos em países da América Latina, o ministro da Economia vaticinou textualmente que a consequência de protestos nas ruas, como os que ocorrem no Chile atualmente, merecem a lembrança: “não se assustem então se alguém pedir o AI-5. Já não aconteceu uma vez? Ou foi diferente?”, perguntou Paulo Guedes.

O AI-5, publicado em 13 de dezembro de 1968, foi considerado um golpe dentro do golpe, pois suas determinações desrespeitaram a Constituição de 1967, aprovada durante o governo militar. O ato permitia o fechamento do Congresso Nacional, cassação de mandatos de parlamentares, demissão de juízes e até mesmo decretação de estado de sítio sem motivo declarado. Ainda, o AI-5 suspendeu o Habeas Corpus para crimes políticos.

Sobre a criminalização dos movimentos sociais, Marcelo Badaró, professor de História do Brasil na Universidade Federal Fluminense (UFF), aponta que diante

da crise econômica, que se agudizou no Brasil a partir de 2014, o grande Capital instalado e seus agentes políticos passaram a atuar para implementar um programa de austeridade radical, com ampla retirada de direitos da classe trabalhadora, cortes orçamentários na área social e transferência de recursos do fundo público para o Capital, via privatizações e o mecanismo da dívida pública.

Lei e ordem

Uma das ações do governo Bolsonaro com potencial de causar danos mais deletérios se dá no campo, com o uso das forças armadas para reintegração de posse. A chamada Garantia da Lei e da Ordem (GLO) é mais uma tentativa de criminalizar movimentos populares. O direito à terra e à reforma agrária, previstos na Constituição de 88, são afrontados pela apresentação de um projeto de lei que pretende a ampliação da licença para matar, com o famigerado excludente de ilicitude, abrangendo ações de militares que atuem nas reintegrações de posse. Além disso, há a previsão de autorizar a posse e uso de armas de fogo em meios rurais.



OPINIÃO

Marcelo Badaró

Releita em 2014, Dilma Rousseff apresentou-se para o segundo mandato com a disposição de conduzir o programa do grande Capital e deu seqüência à retirada de direitos e cortes orçamentários. Na época, a burguesia demandava mais rapidez e profundidade na execução do projeto austericida e não pretendia mais apoiar os caminhos de um governo de conciliação de classes, razão pela qual atuou para garantir, através do golpe parlamentar-judicial de 2016, a substituição de Dilma por Michel Temer. Este, com a Emenda Constitucional 95 (do Teto dos Gastos), a reforma Trabalhista e a liberação geral das terceirizações, avançou muito no cumprimento do programa do grande Capital, embora a resistência a um governo tão ilegítimo e impopular tenha conseguido adiar outras medidas, como a reforma da Previdência.

Em 2018, diante da ameaça do retorno de Luís Inácio Lula da Silva à presidência do país pela via eleitoral, o golpe avançou com sua prisão e inelegibilidade, através dos processos da Operação Lava-Jato, cujo sentido político reacionário já foi mais do que demonstrado pelo vazamento das conversas de procuradores e juízes. Acontece, porém, que o veneno da anti-política, utilizado para mobilizar as "micaretas de coxinhas" que contribuíram para a derrubada de Dilma, atingiu também os candidatos tradicionais da burguesia e a alternativa eleitoral para manter a linha "austericida" foi apoiar a "aberração fascizante" da candidatura de Bolsonaro, que nesse seu primeiro ano de governo levou adiante o programa, com a reforma da Previdência, liquidação privatizante de patrimônio público e toda a agenda ainda em curso de Paulo Guedes.

A questão é: para conter o caldeirão explosivo gerado pela miséria social resultante dessa agenda, a classe dominante brasileira não tem pudores em utilizar as formas mais violentas de coerção, como o

comprova o aumento da letalidade policial, aprofundando o genocídio da população negra, jovem e periférica, que já vem de longe no Brasil. A única possibilidade de reversão desse quadro é a mobilização de massas, construída pelo conjunto mais amplo e unitário possível de organizações e movimentos da classe trabalhadora, para derrotar Bolsonaro, seu projeto autocrático e o programa de retirada de direitos do grande capital nas ruas. Nós sabemos disso, mas eles também sabem e estão se armando (literalmente) para prevenir essa resistência de massas.

A criminalização dos movimentos sociais também vem de longe. Desdobramentos institucionais da ditadura no regime democrático da Carta de 1988, como as intervenções militares reguladas pelas Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), que começaram nos anos 1990 e medidas mais recentes, como a Lei Anti-Terrorismo aprovada no governo Dilma, agora podem ser todas postas a serviço do objetivo de prevenir qualquer ameaça ao projeto de devastação social ultraliberal em curso. Bolsonaro a elas quer agregar o "excludente de ilicitude", para autorizar as forças militares e policiais a matar sem consequências legais na repressão às manifestações de rua, como aliás já acontece na prática nas ações policiais e militares nas favelas e periferias, no assassinato de lideranças indígenas e de sem-terra, na ação contra os ambientalistas nas florestas da Amazônia etc. Ele não escondeu suas intenções: ameaçar com a criminalização e a repressão mais violenta, de forma a evitar que os movimentos sociais brasileiros possam seguir o exemplo do Chile e de outros países latino-americanos. Uma ameaça que não venceremos nos escondendo, pois se isso acontecer eles terão vencido a batalha, antes mesmo que a tenhamos lutado. E como dizem as mães argentinas: "A única luta que se perde é a que se abandona".

Reforma da Previdência tem impacto na carreira docente

A PEC 6/2019 da Presidência da República foi apresentada ao Congresso em fevereiro e tramitou durante oito meses



Foto: Mídia Ninja

A Reforma da Previdência, contida na Emenda Constitucional 103, foi promulgada pelo Congresso Nacional no dia 12 de novembro deste ano. A partir de então, as novas regras da Previdência Social que atacam profundamente uma série de direitos, em especial o acesso à aposentadoria, valem para todos os trabalhadores e todas as trabalhadoras no país que estejam vinculados ao Regime Geral de Previdência Social e ao Regime Próprio dos Servidores Públicos Federais. A contrarreforma dos regimes próprios dos servidores públicos estaduais e municipais é o foco da PEC Paralela e da ação de alguns governadores que têm aprovado mudanças previdenciárias em seus estados.

Para os docentes das instituições federais de ensino (IFE), são duas regras de transição para o Magistério Superior e duas regras para o Ensino

Básico, Técnico e Tecnológico, para quem ingressou no serviço público até 13 de novembro de 2019.

Há ainda uma regra transitória, com vigência até uma lei complementar que regulamentará a nova previdência. Para aposentadoria voluntária, a regra transitória é de 25 anos de contribuição para homens e mulheres, 62 anos para mulheres e 65 para homens, 10 anos de serviço público, 5 anos no cargo em que se der a aposentadoria. O valor do benefício será de 60% + 2% para cada ano além do mínimo de 20 anos.

Segundo Leandro Madureira, advogado da Assessoria Jurídica Nacional do ANDES-SN, a EC 103 não traz nenhuma alteração específica para os docentes dos estados e municípios. No entanto, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 133/2019, conhecida como PEC Paralela, que está em

tramitação no Congresso prevê que as unidades federativas poderão adotar as regras da EC 103. Madureira considera ainda a PEC 133 a “reforma da reforma” que prevê ainda novas alterações no cálculo do benefício e outras regras de transição. A proposta ainda está em tramitação na Câmara dos Deputados.

Além das alterações no tempo de contribuição, idade e valor do benefício, as novas regras para aposentadoria trazem outros ataques, como um aumento na alíquota de contribuição, a partir de março de 2020. Outra perversidade é a previsão de uma contribuição extraordinária, com uma alíquota aditiva, por até 20 anos, que será aplicada a todos os servidores, na ativa ou já aposentados. A EC 103 autoriza a implementação dessa alíquota, ainda pendente de regulamentação.

REGRAS DE TRANSIÇÃO I DO RPPS: APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA

Aplicável a todos os servidores públicos federais que tenham ingressado no serviço público até a data de promulgação da EC 103/2019.

A aposentadoria voluntária será concedida quanto o servidor completar:

- 30 (m) / 35 (h) anos de contribuição 56 (m) / 61 (h) anos de idade – progressiva (2019)*
- (a idade mínima de 56/61 será elevada para 57(m)/62(h) em 2022);
- 20 anos de serviço público
- 5 anos no cargo em que se der a aposentadoria

▪ Somatório 86 (m) / 96 (h) – progressivo (2019)**

O somatório 86/96 será elevado de 1 ponto a cada ano, a partir de 1º.01.2020, até atingir o limite de 100/105, quando poderá ser majorado de acordo com o aumento da expectativa de sobrevida. Para saber a idade e somatório exigível, é preciso avaliar quanto tempo de contribuição falta para o servidor atingir o mínimo e daí calcular a sua idade e o seu somatório nessa data.

Valor do benefício: média aritmética simples de todas as contribuições, multiplicada pelo percentual de 60% + 2% para cada ano além de 20.***

O valor do benefício será de 60% + 2% para cada ano além do mínimo de 20 anos: logo, para atingir a aplicação do percentual de 100% sobre toda a sua média, o servidor precisa ter 40 anos de contribuição.

Quem se aposentar com o mínimo de anos de contribuição, terá a média de 80% (mulher, 30 anos), e de 90% (homem, 35 anos):

- 60% (referente a 20 anos) + 2% x 10 anos (30-20:10): 80%;
- 60% (referente a 20 anos) + 2% x 15 anos (35-20:15): 90%.

ATENÇÃO:

Os servidores que tenham ingressado em cargo público de provimento efetivo até a data de 31.12.2003, poderão se aposentar com paridade e integralidade de proventos, desde que cumpram com os seguintes requisitos:

REGRAS DE TRANSIÇÃO II DO RPPS: APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA PARA QUEM ESTÁ PERTO DE SE APOSENTAR

Aplicável a todos os servidores públicos federais que tenham ingressado no serviço público até a data de promulgação da EC 103/2019.

A aposentadoria voluntária será concedida quando o servidor completar:

- 30 (m) / 35 (h) anos de contribuição 57 (m) / 60 (h) anos de idade – progressiva (2019)*
- 20 anos de serviço público
- 5 anos no cargo em que se der a aposentadoria
- Pedágio igual a 100% do tempo que falta para atingir o mínimo de anos de contribuição na data de entrada em vigor da PEC

Valor do benefício: média aritmética simples de todas as contribuições, multiplicada pelo percentual de 60% + 2% para cada ano além de 20.***

REGRAS DE TRANSIÇÃO I: APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA DOS DOCENTES EBTT

Aplicável a todos os docentes EBTT que tenham ingressado no serviço público até a data de promulgação da EC 103/2019 (magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio).

A aposentadoria voluntária será concedida quando o servidor completar:

- 25 (m) / 30 (h) anos de contribuição
- 51 (m) / 56 (h) anos de idade – progressiva (2019)*
- (a idade mínima de 51/56 será elevada para 52(m)/57(h) em 2022);
- 20 anos de serviço público
- 5 anos no cargo em que se der a aposentadoria
- Somatório 81 (m) / 91 (h) – progressivo (2019)**

(O somatório 81/91 será elevado de 1 ponto a cada ano, a partir de 1º.01.2020, até atingir o limite de 92/100, quando poderá ser majorado de acordo com o aumento da expectativa de sobrevida. Para saber a idade e somatório exigível, é preciso avaliar quanto tempo de contribuição falta para o servidor atingir o mínimo e daí calcular a sua idade e o seu somatório nessa data).

Valor do benefício: média aritmética simples de todas as contribuições,

REGRAS DE TRANSIÇÃO II: APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA DOS DOCENTES EBTT PARA QUEM ESTÁ PRÓXIMO DE APOSENTAR

Aplicável a todos os docentes EBTT que tenham ingressado no serviço público até a data de promulgação da EC 103/2019 (magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio).

A aposentadoria voluntária será concedida quando o servidor completar:

- 25 (m) / 30 (h) anos de contribuição
- 52 (m) / 55 (h) anos de idade

- 30 (m) / 35 (h) anos de contribuição
- 62 (m) / 65 (h) anos de idade
- 20 anos de serviço público
- 5 anos no cargo em que se der a aposentadoria

Os servidores ingressantes nas demais datas (de 01.01.2004 a 04.02.2013; e de 04.02.2013 em diante) se submetem a regra de 60% + 2%, enquanto que o teto do INSS se aplica somente para aqueles que ingressaram a partir de 04.02.2013 ou que tenham migrado para o RPC/FUNPRESP.

Para os servidores que ingressaram em cargo público efetivo a partir de 31.12.2003, o valor do benefício será de 60% + 2% para cada ano além do mínimo de 20 anos: logo, para atingir a aplicação do percentual de 100% sobre toda a sua média, o servidor precisa ter 40 anos de contribuição.

Quem se aposentar com o mínimo de anos de contribuição, terá a média de 80% (mulher, 30 anos), e de 90% (homem, 35 anos):

- => 60% (referente a 20 anos) + 2% x 10 anos (30-20:10): 80%;
- => 60% (referente a 20 anos) + 2% x 15 anos (35-20:15): 90%.

Os servidores que tenham ingressado em cargo público de provimento efetivo até a data de 31.12.2003, poderão se aposentar com paridade e integralidade de proventos. Os servidores ingressantes nas demais datas (de 01.01.2004 a 04.02.2013; e de 04.02.2013 em diante) se submetem a regra de 60% + 2%, enquanto que o teto do INSS se aplica somente para aqueles que ingressaram a partir de 04.02.2013 ou que tenham migrado para o RPC/FUNPRESP.

multiplicada pelo percentual de 60% + 2% para cada ano além de 20.***

(O valor do benefício será de 60% + 2% para cada ano além do mínimo de 20 anos: logo, para atingir a aplicação do percentual de 100% sobre toda a sua média, o servidor precisa ter 40 anos de contribuição).

Quem se aposentar com o mínimo de anos de contribuição, terá a média de 70% (mulher, 25 anos), e de 80% (homem, 30 anos):

- => 60% (referente a 20 anos) + 2% x 5 anos (25-20:5): 70%;
- => 60% (referente a 20 anos) + 2% x 10 anos (30-20:10): 80%.

Os servidores que tenham ingressado em cargo público de provimento efetivo até a data de 31.12.2003, poderão se aposentar com paridade e integralidade de proventos, desde que cumpram com os seguintes requisitos:

- 25 (m) / 30 (h) anos de contribuição
- 57 (m) / 60 (h) anos de idade
- 20 anos de serviço público
- 5 anos no cargo em que se der a aposentadoria

Os servidores ingressantes nas demais datas (de 01.01.2004 a 04.02.2013; e de 04.02.2013 em diante) se submetem a regra de 60% + 2%, enquanto que o teto do INSS se aplica somente para aqueles que ingressaram a partir de 04.02.2013 ou que tenham migrado para o RPC/FUNPRESP.

- 20 anos de serviço público
- 5 anos no cargo em que se der a aposentadoria
- PEDÁGIO DE 100% sobre o Tempo de Contribuição que falta para atingir o mínimo de 25 ou de 30

O valor do benefício para quem ingressou em cargo público efetivo até 31.12.2003 será igual à totalidade da remuneração (integralidade), com reajuste de paridade.

Para o servidor que ingressou em cargo público efetivo após 31.12.2003, o valor do benefício será de 60% + 2% para cada ano além do mínimo de 20 anos: logo, para atingir a aplicação do percentual de 100% sobre toda a sua média, o servidor precisa ter 40 anos de contribuição.

Docentes em luta contra o desmonte da Educação Federal



O ano de 2019 foi de intensas lutas para os docentes das federais. Contingenciamentos de verbas, precarização do trabalho docente e as ameaças à liberdade de cátedra e à democracia permearam o cotidiano das Instituições de Ensino (IES) públicas federais. Ainda, a escolha arbitrária dos reitores, as declarações do ministro da Educação contra docentes e universidades, e a proposta do Future-se integram a a lista de ataques.

Em abril, os docentes protocolaram a pauta de reivindicações do Setor da Ifes no Ministério da Educação (MEC) e do Ministério da Economia. A pauta, aprovada no 38º Congresso do Sindicato Nacional, no início do ano, reafirmou a defesa do caráter público da educação e de melhores condições de trabalho nas instituições. Além da luta pela garantia da autonomia e democracia nas IFE e pela reestruturação da carreira e valorização salarial de ativos e aposentados. A carta entregue aos ministérios destacou, também, a indignação dos docentes diante da falta de disposição de negociação do governo federal, nos últimos dois anos. Ainda no mês de abril, 10 e 11, ocorreu o Seminário

Internacional do ANDES-SN que promoveu debates sobre Ciência, Tecnologia e Capital, Orçamento Público, Financiamento da Educação Superior, Dívida Pública, lutas das mulheres trabalhadoras por direitos e da classe trabalhadora.

A luta contra a reforma da Previdência também esteve presente na agenda de mobilizações da categoria. Os docentes, em unidade com outras categorias de servidores públicos federais, realizaram atos, produziram materiais informativos, pressionaram os parlamentares nos gabinetes e corredores do Congresso Nacional e nos aeroportos.

Além da mobilização em prol da Educação e em defesa dos direitos de aposentadoria, os professores federais reagiram, ainda, aos cortes orçamentários nas áreas de Ciência, Tecnologia e Inovação públicas. A pasta foi afetada em R\$ 2,158 bilhões, prejudicando institutos de pesquisa e universidades públicas e a pós-graduação do país.

O ano da Educação Federal foi marcado por diversas tentativas de desmonte que devem ecoar no próximo ano, entre as quais, as medidas contidas no programa do governo federal Future-se, apresentado em

17 de julho. O programa propõe garantir a "autonomia financeira" das universidades, institutos federais e Cefet via captação de recursos junto ao setor privado, através de fundos de investimento, parcerias público-privadas e privatização do patrimônio imobiliário das IFE. A gestão passaria a ser feita por Organizações Sociais, de caráter privado.

A resposta ao Future-se foi dada pelos Conselhos Universitários de mais de 30 universidades, que se manifestaram oficialmente pela rejeição ao programa. Em agosto, após o 64º Conad, o Setor das Instituições Federais de Ensino (Ifes) do ANDES-SN indicou a necessidade de uma greve nacional da educação, de 48 horas.

Para Kátia Vallina, 1ª vice-presidente da Regional Norte I, o primeiro semestre foi de lutas intensas para tentar derrubar a famigerada Reforma da Previdência e barrar os cortes de verbas das universidades, institutos e Cefets. "O ano de 2019 foi de muitos ataques do governo federal, principalmente aos serviços públicos e aos servidores públicos. No primeiro semestre, foram realizadas diversas mobilizações contra a reforma da Previdência. Foram panfletagens, atos e manifestações. Em

relação ao setor das Ifes, nós tivemos dois grandes atos, 15 e 30 maio, onde as universidades pararam mesmo suas atividades. E com todas as atividades e mobilizações, nós conseguimos que o governo devolvesse o dinheiro que dizia estar contingenciado”, afirma.

Reunião conjunta dos setores

Diante de diversos ataques simultâneos e semelhantes no âmbito da educação federal, estadual e municipal no primeiro semestre, o Sindicato Nacional entendeu realizar reuniões unificadas dos setores. Um calendário de mobilizações, em conjunto com outras categorias, foi apontado.

Em setembro, os docentes foram às ruas no dia 20, na greve mundial pelo clima – que ocorreu em 150 países, incluindo o Brasil. A mobilização se deu durante as queimadas na Amazônia. O ANDES-SN também incorporou em seu

calendário de lutas, a participação no dia de mobilização em defesa da Ciência e Tecnologia Públicas em 25 de setembro, proposto pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

Como deliberado na reunião do Setor da Educação, que envolve várias entidades nacionais, e conforme deliberado pelo Setor das Federais do ANDES-SN Foram realizadas mobilizações nos dias 02 e 03 de outubro, “Em defesa da Educação, Ciência e Tecnologia públicas, contra o Future-se e os cortes de verbas e pela imediata recomposição do orçamento das instituições de ensino”. Durante novembro e dezembro, também ocorreram outras mobilizações nas Ifes, com a realização de debates, aulas públicas, atividades que levaram às instituições às ruas, para dialogar com a sociedade sobre o papel e a importância da Educação Federal e das universidades para a população.

Ainda segundo Kátia Vallina, o segundo semestre do ano foi focado em criar ações e mobilizações para esclarecer sobre o projeto Future-se e como ela será prejudicial para a educação pública. “A nossa luta no segundo semestre foi pela rejeição total do Future-se. Tivemos muitas mobilizações para que os conselhos universitários pautassem o tema, e com isso 32 universidades que rejeitaram o projeto. Nós entendemos que essa campanha contra o future-se deverá continuar, principalmente esclarecendo sobre os prejuízos a matéria causará às universidades. A expectativa é que as universidades, [institutos e Cefet] se mobilizem para enfrentar o governo federal e a sua tentativa de destruição da universidade pública. Estamos vendo mais professores conscientes dos danos que o Future-se acarretará e a nossa expectativa é que teremos muita luta em 2020”, conclui Kátia.



Foto: Divulgação



Foto: Divulgação

Docentes das Iees e Imes responderam ataques com mobilização



Foto: Divulgação

As instituições Estaduais e Municipais de Ensino Superior, assim como as Federais, vêm, anualmente, sofrendo severos cortes nos seus orçamentos. Os docentes lutaram em 2019, em diversos estados, por mais financiamento, por reposição salarial, contra os ataques às carreiras e pela realização de novos concursos públicos. Além disso, o atraso de salários e do 13º, no início do ano, permeou a realidade dos servidores públicos em estados como de Minas Gerais, Rio Grande do Norte, São Paulo.

Diante do descaso dos governos estaduais, os docentes das universidades do Paraná, da Bahia e do Piauí deflagraram importantes greves nesse ano. Mudanças no plano de carreira e no regime de trabalho foram algumas das pautas dos movimentos paredistas.

As universidades do Paraná vivem há anos uma situação de déficit de pessoal e de verbas de custeio, além de outros processos de precarização. No mês de junho, o governo apresentou o projeto Lei Geral das Universidades (LGU), semelhante o programa Future-se, do governo federal. A Lei propõe demissão de servidores, terceirização das atividades meio, como limpeza, conservação e segurança, e cria um ambiente gerencialista e privatista nas universidades, entre outras medidas. Além

isso, tramitava na Assembleia Legislativa do estado o Projeto de Lei Complementar (PLC) 04/19, que estabelecia um teto para os gastos públicos possibilitando restrições e congelamentos dos reajustes salariais aos servidores, impede avanços, crescimentos e transições na carreira.

A greve docente conquistou a retirada do PLC 04 da pauta e o destravamento das negociações da data-base, suspensas há quatro anos. No início de dezembro, a categoria sofreu uma derrota com a aprovação da reforma Previdência estadual, proposta pelo governador Ratinho Junior (PSD). Os docentes das universidades estaduais seguem mobilizados.

No Piauí, com a campanha "A Uespi se nega a morrer", os docentes da Universidade Estadual do Piauí (Uespi) protagonizaram uma greve, de quase um mês, suspensa após a abertura de negociações com o governo Wellington Dias (PT). A falta de estrutura, de recursos materiais e humanos têm comprometido o funcionamento da instituição. Cerca de 600 disciplinas da Uespi estavam sem professores.

Entre as reivindicações da categoria constam a reposição das perdas salariais causada pela inflação dos últimos seis anos, que chegam a 33%, a realização de novo concurso público para reposição do quadro docente e a nomeação imediata de

todos os classificados no último concurso. Os docentes conquistaram a implantação imediata de progressões e promoções e seguem mobilizados pressionando o governo para implementar o restante da pauta.

Já os docentes das universidades estaduais da Bahia (Ueba) encerraram, em junho, uma greve que durou mais de 60 dias, garantindo uma mesa permanente de negociação, a realização de até 900 promoções de docentes ainda esse ano e também a liberação de R\$ 36 milhões do orçamento previsto para investimento nas universidades estaduais. Durante o período de paralisação, que contou com protestos, ocupações e atos, os docentes enfrentaram a intransigência e a truculência do governo Rui Costa (PT). No final de outubro, representantes do Fórum das ADs estiveram na Assembleia Legislativa da Bahia para pautar uma emenda à Lei Orçamentária Anual (LOA) em defesa da ampliação dos recursos públicos para as Ueba para 7% da Receita Líquida de Impostos (RLI).

No entanto, seis meses depois da suspensão fim da greve, as negociações não têm avançado conforme o estabelecido entre as partes. A morosidade na implementação das promoções e progressões e das demais pautas acordadas têm causado indignação na categoria.

Censura e ataque a autonomia

Algumas instituições enfrentaram, em 2019, tentativas de censura e ataques a autonomia universitária. Em São Paulo, com a justificativa de apurar “irregularidades” na gestão das verbas públicas repassadas às universidades estaduais de paulistas, a Assembleia Legislativa (Alesp) aprovou, no final de abril, a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). O objetivo da comissão seria investigar um possível “aparelhamento da esquerda” nas universidades de São Paulo (USP), de Campinas (Unicamp) e Paulista (Unesp). A CPI também sinaliza a intenção de discutir mudanças no processo de escolha dos reitores e a possibilidade de cobrança de mensalidades.

No Rio de Janeiro, ocorreu manobra semelhante, no início de junho. Entretanto, após bastante mobilização das comunidades acadêmicas, a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) rejeitou a criação da CPI das Universidades Estaduais. A proposta era considerada uma medida para perseguir e censurar, principalmente, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Os argumentos utilizados pelo autor do pedido de instauração da comissão, Alexandre Knoploch (PSL), deputado bolsonarista e demais pelos defensores da CPI foram desde “balbúrdia” até a acusação de tráfico de drogas nos espaços acadêmicos. Ainda no Rio de Janeiro, no início do ano, o governador

fluminense Wilson Witzel (PSC) havia decretado um corte de 30% do orçamento previsto em relação aos valores liquidados em 2018 com despesas operacionais das universidades e escolas técnicas.

Vitória no Ceará

Já no estado do Ceará, os docentes das universidades estaduais do Ceará (Uece), Regional do Cariri (Urca) e Vale do Acaraú (UVA) conquistaram uma grande vitória. Após pressionar o governo com diversas mobilizações, os professores conseguiram a liberação dos processos de progressões e pagamento de retroativos. Os docentes também lutam desde 2015, junto com outras categorias do serviço público do Ceará, por reposição inflacionária nos salários de 20,64% e a abertura de concursos públicos.

Quebra de acordo

Em muitos estados, os governadores firmaram compromissos e voltaram atrás, como foi o caso do Rio Grande do Norte. A governadora Fátima Bezerra (PT) quebrou o acordo firmado, em janeiro deste ano, com os sindicatos. Na época, a representante do Executivo havia sinalizado que os recursos extras arrecadados com o leilão do Pré-Sal seriam usados para quitar os salários atrasados de novembro e dezembro e o 13º de 2018 dos servidores.

No entanto, o recurso, segundo o governo, servirá apenas para o 13º de 2019.

Os docentes também têm feito visitas aos gabinetes dos parlamentares para defender a autonomia de gestão financeira da Uern e o Plano de Cargos e Salários das categorias. No dia 2 de dezembro, o governo estadual apresentou uma proposta de reforma da Previdência que mudará a alíquota previdenciária, que passará a ser progressiva, incluirá aposentados neste regime de progressão, com desconto para todos que recebem acima de R\$ 1 mil e, ainda, alteração do critério de idade mínima para aposentadoria.

Segundo Emerson Monte, 2º vice-presidente da Regional Norte II e um dos coordenadores do Setor das IEES/IMES, os governos estaduais seguem desferindo fortes ataques aos servidores e serviços públicos.

“Cada vez mais se reduz a possibilidade de negociação com os governos que se colocam cada vez mais intransigentes nas mesas de negociação, isso quando efetivam negociações, o que não abre brecha, de fato, para perspectivar quaisquer debates, do ponto de vista das pautas e das conquistas. A realidade é parecida com o que ocorre nas Federais”, pontuou.

O diretor do ANDES-SN aponta que a possibilidade dos docentes iniciarem 2020 em Estado de Greve, conforme apontado pela reunião conjunta dos setores do ANDES-SN, poderá abrir um novo patamar de mobilização da categoria e de enfrentamento com os governos.

SEMANA DE LUTA DAS IEES/IMES

As seções sindicais do ANDES-SN nas Instituições Estaduais e Municipais de Ensino Superior (IEES/IMES) intensificaram as atividades de mobilização na Semana Nacional de Lutas. De 20 a 24 de maio, os professores promoveram debates, reuniões e atos em defesa do financiamento público para as instituições de ensino. A semana é uma deliberação do 38º Congresso do Sindicato Nacional, realizado em janeiro deste ano em Belém (PA). Em setembro, de 20 a 22, docentes de 15 seções sindicais do ANDES-SN participaram do XVII Encontro Nacional do Setor das IEES e IMES, em Tocantins. Com o tema “Na defesa das universidades estaduais e municipais, dos direitos e das liberdades democráticas: Nossa Resposta é Resistência”, o encontro promoveu debates e apontou propostas em defesa das universidades públicas estaduais e municipais, dos direitos e das liberdades democráticas.

Foto: Divulgação



Insatisfação popular ecoa no continente latino-americano



FOTO: MÍDIA NINJA

Desde o início do ano, diversos países pelo mundo têm sido palco de grandes manifestações. Cada local teve como estopim motivos específicos, mas em grande medida as revoltas refletem a insatisfação popular com a situação geral, o aumento da pobreza, da desigualdade, ataques aos direitos sociais e às liberdades básicas.

Na América Latina, países como Venezuela, Peru, Argentina, Paraguai, Uruguai, Porto Rico, Nicarágua, México, Haiti viram o povo nas ruas. Em alguns, como Bolívia, Equador, Colômbia e Chile a população segue em luta.

Para Osvaldo Coggiola, encarregado de Relações Internacionais do ANDES-SN, enquanto países como Venezuela e Peru vivem crises políticas, Equador, Chile, Colômbia e Bolívia, por exemplo, são palcos de revoltas populares, que inauguram uma nova etapa. O docente inclui nessa avaliação também

a Nicarágua, o Haiti, onde há uma enorme mobilização popular e Porto Rico, onde o governador foi derrubado após forte pressão das ruas.

O diretor aponta que há uma crise do capitalismo, precedida de uma crise econômica. “Temos crises políticas muito graves que dão lugar a enormes mobilizações populares. O que significa isso? Significa que a América Latina entra em cheio em uma situação de tormenta mundial que tem como grande protagonista, neste momento, vários países árabes islâmicos, como Argélia, Iraque, Irã. E que também percorre a Europa, com mobilizações como a da França, e até os Estados Unidos, com as enormes greves, principalmente no setor educacional”, explica.

Coggiola ressalta a importância do golpe que acontece na Bolívia. Segundo ele, o que se pretende é criar uma espécie de contraofensiva diante das revoltas populares

que estão acontecendo no Chile, na Colômbia e no Equador, e também da derrota eleitoral do Macri, na Argentina.

O diretor do Sindicato Nacional alerta ainda que há uma perspectiva, em curto prazo, de uma recessão econômica internacional muito forte, e que o capitalismo não tem os meios, que detinha em 2007/2008, para contê-la. “Estamos às vésperas de uma crise capitalista extremamente severa”, afirma.

Para o encarregado de Relações Internacionais do ANDES-SN, é um momento obrigatório para reorganização da classe trabalhadora. “Se a gente não se reorganiza, a gente vai se revoltar, mas não vamos poder impor a nossa própria agenda, vamos ficar [apenas] no nível da revolta e isso coloca a questão da direção, ou seja, da orientação política e, por tanto, a reorganização sindical e política da classe trabalhadora”, acrescenta.

Chile

Com um histórico de manifestações nos últimos anos em defesa da Educação e pela reestatização da Previdência Social, a população chilena voltou às ruas do país no dia 18 de outubro contra o reajuste na tarifa do metrô de Santiago.

O presidente Sebastián Piñera recuou do aumento no dia 19. E decretou estado de emergência pela primeira vez desde o fim da ditadura militar de Augusto Pinochet, em 1990. O exército na rua, o toque de recolher e a violenta repressão não intimidaram a população. Os chilenos protestam contra os baixos salários, as tarifas elevadas, por melhorias no sistema de saúde e previdência e contra o alto custo de vida no país, que coloca hoje grande parcela da população em situação de miséria.

Até o final de outubro, mais de 1600 manifestantes já haviam sido detidos. Ao menos 230 pessoas perderam a visão, parcial ou completamente, por ferimentos causados por esferas de chumbo ou balas de borracha disparadas pelas forças policiais nas manifestações. Além disso, mais de 24 pessoas morreram, entre elas uma criança de 4 anos que foi atropelada.

A repressão policial tem sido denunciada por diversas organizações nacionais e internacionais e motivado vários protestos. Duas mortes que ganharam muita repercussão exemplificam a violência que a polícia vem impondo aos chilenos.

Em 23 de outubro, a artista de rua Daniela Carrasco, de 36 anos, conhecida como 'La Mimo', foi detida por agentes do Estado. A chilena foi assassinada por enforcamento e seu corpo foi encontrado pendurado nas grades de um parque em Santiago. O laudo aponta sinais de estupro e tortura.

Um mês depois, a fotógrafa Albertina Mariana Martinez Burgos, de 38 anos, foi encontrada morta no seu apartamento, também em Santiago. Albertina era assistente de iluminação no canal chileno "MEGA", fotografava como freelance e nas últimas semanas estava dedicando-se ao fotojornalismo, denunciando a violência contra mulheres e jornalistas durante as manifestações. Na autópsia, o corpo de Albertina demonstrava lesões nítidas de espancamento e esfaqueamento, havia sangue em diferentes locais de sua residência, e sua câmera e seu computador, que eram utilizados nos processos fotográficos para trabalho e denúncia, estão desaparecidos desde a sua morte.

Além desses assassinatos, o Instituto Nacional de Direitos Humanos no Chile confirmou diversos relatos de tortura como agressões morais, físicas, sexuais de manifestantes por agentes do Estado. A ONG também acredita que ao menos 15 das mortes confirmadas até o momento foram causadas pelas forças armadas chilenas.

A mobilização dos chilenos já garantiu algumas conquistas. Além do não reajuste no valor do transporte, os parlamentares anunciaram mudanças no sistema previdenciário, redução no salário dos congressistas e um plebiscito para uma nova Constituição em 2022.

Bolívia

Os protestos no país começaram durante a apuração das eleições presidenciais após a quarta vitória seguida de Evo Morales, os partidários de Carlos Mesa, candidato derrotado, tomaram as ruas. Morales qualificou os atos como um golpe e decretou estado de emergência.

Na sequência, um violento golpe de Estado levou o presidente a renunciar e pedir asilo político no México. Uma cena marcante da brutalidade do golpe

foi a agressão à Patricia Arce, filiada ao partido do presidente Evo Morales. A prefeita de Vinto, cidade de cerca de 60 mil habitantes pertencente ao Departamento de Cochabamba, foi submetida a uma série de torturas e humilhações características da violência política de gênero que marca o golpe na Bolívia; teve os cabelos cortados à força e foi coberta, dos pés à cabeça, por uma tinta avermelhada e forçada a caminhar, descalça e acossada, em um "cortejo" pela cidade.

Haiti

Desde o início do ano, os haitianos protestam em resposta às denúncias de corrupção envolvendo o presidente Jovenel Moïse. Pelo menos 40 pessoas já morreram e 189 ficaram feridas nos confrontos, segundo a Rede Nacional de Defesa dos Direitos Humanos. De acordo com a ONU, dessas mortes, ao menos 15 são responsabilidade das forças armadas do Estado.

Equador

Em outubro, o país enfrentou mais de 10 dias de protestos e estradas bloqueadas, depois que o presidente Lenín Moreno anunciou o fim do subsídio aos combustíveis, o qual existe há 40 anos. Com isso, houve uma alta de até 123% nos preços. A medida faz parte de um pacote de metas impostas pelo FMI.

O governo reprimiu com violência as manifestações, decretou "estado de exceção" e, depois, transferiu a sede do governo de Quito para a cidade de Guayaquil. A repressão deixou 7 mortos, 1.340 feridos e 1.152 presos, de acordo com a Defensoria Pública do Equador.

No dia 14, Moreno se reuniu com lideranças indígenas e anunciou que iria revogar a medida que cortava o subsídio.

**Com informações da Telesur, BBC, El País e La Izquierda Diario*



39º Congresso do ANDES-SN será realizado em São Paulo de 4 a 8 de fevereiro



O 39º Congresso do ANDES-SN ocorrerá de 4 a 8 de fevereiro, na cidade de São Paulo (SP). O evento, instância máxima de deliberação da categoria filiada ao Sindicato Nacional, terá como tema central “Por liberdades democráticas, autonomia universitária e em defesa da educação pública e gratuita”. A Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo (Adusp – Seção Sindical do ANDES-SN) sediará o encontro.

Durante os seis dias, estão previstos debates sobre o atual cenário político, os ataques promovidos pelos governos federal e estaduais à categoria docente e à classe trabalhadora, de forma geral. As professoras e os professores presentes terão a tarefa de avaliar a conjuntura nacional e a internacional, em especial no tocante às lutas da América Latina, e traçar direcionamentos para os enfrentamentos em 2020.

Para a secretária-geral do ANDES-SN, Eblin Farage, o objetivo é preparar as melhores propostas para dialogar com a categoria. “O 39º Congresso vai se realizar em um momento que exige de nossa categoria um passo a frente na mobilização. Temos o desafio de fazer desse congresso um momento de preparar as lutas de 2020, não apenas para resistir aos ataques do governo federal e dos governos estaduais,

mas, sobretudo, para avançarmos em nossa luta e na pauta em defesa das instituições públicas de ensino, da carreira docente e dos serviços públicos”, afirmou.

Conforme deliberação do 64º Conad, o 39º Congresso terá como pauta os seguintes temas: Conjuntura e Movimento Docente; Planos de Lutas dos Setores; Plano Geral de Lutas; e Questões Organizativas e Financeiras. Além disso, no Tema I não haverá Texto Resolução (TR) sobre a centralidade da luta. Como recomendação, os textos de apoio e de resolução serão oriundos de assembleia de base, da Diretoria Nacional e das diretorias das seções sindicais ou assinados por pelo menos cinco sindicalizados. Não serão aceitos textos de apoio sem texto de resolução, exceto sobre conjuntura.

Michele Schultz Ramos, 1ª vice-presidente da Adusp - SSind. e membro da comissão organizadora do 39º Congresso, destacou alguns dos principais tópicos que serão debatidos, principalmente em relação à liberdade de ensino e garantia de direitos fundamentais.

“Os principais pontos que serão debatidos dizem muito a respeito à manutenção das universidades públicas, gratuitas e de qualidade. Se considerarmos as políticas instituídas recentemente, a defesa irrestrita das

universidades será o ponto comum nas várias discussões que teremos durante o congresso. Outro ponto que vai permear os debates será o combate ao obscurantismo, primando pela produção do conhecimento, pela liberdade de cátedra, liberdade de ensinar e aprender. A garantia de direitos fundamentais e a construção de uma unidade de luta também são pontos importantes que vamos buscar nesse congresso”, concluiu.

Ainda segundo Michele, a realização de um congresso do ANDES-SN em São Paulo, nesse momento político, será muito emblemático. “São Paulo sempre foi palco de grandes manifestações. A própria USP é um local de resistência, principalmente quando pensamos no contexto de redemocratização do país, de enfrentamento à ditadura. Acreditamos que será um momento bastante importante pelo volume de coisas que acontecem aqui. Para a Adusp, será um desafio, pois estamos construindo um evento para que as pessoas se sintam acolhidas”, salientou.

Além dos debates e encaminhamentos para o próximo período do Sindicato Nacional, durante o 39º Congresso serão apresentadas as chapas do processo eleitoral para a escolha da diretoria do Sindicato Nacional - biênio 2020-2022. As eleições do ANDES-SN ocorrerão em maio.